

## **EM QUE MEDIDA SERIA POSSÍVEL ARTICULAR UM LUTO *INFAMILIAR*? UM OLHAR PSICANALÍTICO PARA A PRODUÇÃO DE MORTES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

**STHEFANY LACERDA DA SILVA<sup>1</sup>;  
 AMADEU DE OLIVEIRA WEINMANN<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – sthefanylaccc@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – weinmann.amadeu@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

A catástrofe sanitária, social e política engendrada pela condução genocida da pandemia no país, entre os anos de 2020 e 2022, envolveu a produção de mais de setecentas mil mortes evitáveis por covid-19. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o elemento necropolítico é central nas mortes pandêmicas, dado que dinâmicas sociais de opressão - tais como o racismo, o machismo, a lgbtqia+fobia - expuseram populações historicamente vulnerabilizadas de modo diferenciado à possibilidade da contaminação e da morte por covid-19. Entende-se que certas vidas, por não terem sido publicamente reconhecidas como dignas de proteção e cuidado, tiveram o reconhecimento de suas perdas interditado e o seu direito ao luto relativizado. Aqui, o luto é compreendido como um fenômeno simultaneamente singular e político, que precisa ser deslocado para o centro do debate público (MBEMBE, 2018; LO BIANCO, COSTA-MOURA, 2020; VENTURA, REIS, 2021; BUTLER 2022; FIOCRUZ, 2023).

Consideramos que, no fenômeno da morte pandêmica, evidencia-se, de modo bastante específico, a indiscernibilidade entre as dimensões íntima e política da experiência de perda, o que abre margem para que as fronteiras comumente erigidas entre a perda íntima e a perda alheia sejam tensionadas. Assim, parece que os numerosos lutos pandêmicos, simultaneamente coletivos e íntimos, nos convocam, dada sua magnitude concreta e simbólica, a um exercício ético-político interessante: o de repensar a tendência familista e privatista que costuma atravessar tanto os fenômenos da morte e do luto na contemporaneidade ocidental, quanto a própria teorização clássica da psicanálise (DELEUZE, GUATTARI, 2011), recolocando o problema de uma outra – e necessária – perspectiva.

É nessa direção que se insere o presente estudo, o qual consiste em um pequeno recorte de uma pesquisa em andamento, que vem sendo desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tal dissertação se debruça sobre o luto pandêmico e se tece, via método cartográfico, em meio às fronteiras indisciplinadas (AYOUCHE, 2025) da psicanálise e da psicologia social crítica, em diálogo com aportes teóricos decoloniais. Assim, ao longo dessa breve exposição, pretendemos abordar o luto pandêmico desde uma perspectiva crítica, a partir de dois eixos conceituais presentes na obra freudiana: a teoria do luto e a noção de infamiliar/incômodo. Somado a isso, nos interessa situar as mortes pandêmicas levando em conta o passado-presente colonial do Brasil e os marcadores sociais da diferença, com vistas a apontar para sua pluralidade e complexidade.

### **2. METODOLOGIA**

A presente discussão é fruto de um percurso de pesquisa qualitativo e teórico, situado nas fronteiras indisciplinadas entre psicologia social crítica, psicanálise e estudos decoloniais (AYOUCHE, 2025). Para tal, nos ancoramos no método

cartográfico. A cartografia, preconizada por DELEUZE e GUATTARI (2006), assenta-se no conceito de multiplicidade e objetiva acompanhar processos em vez de representar, de modo fixo e estanque, um determinado objeto. Em vez de pautar-se por uma pretensa neutralidade e por uma separação entre sujeito e objeto, assume-se que a pesquisadora e o objeto de pesquisa se implicam mutuamente, estabelecendo uma relação contingente e criadora. Alheia a roteiros, a proposta cartográfica não permite que determinemos de antemão como se dará a construção da pesquisa: parte-se do pressuposto de que o caminho não é previsível, tampouco linear; faz-se o caminho ao caminhar (PASSOS, KASTRUP, ESCÓCIA, 2009). Somado a isso, construímos esse percurso em articulação com a perspectiva de DONNA HARAWAY (2009), nos valendo de uma abordagem assumidamente parcial, localizada e corporificada diante da pesquisa, de modo que a posicionalidade e a subjetividade da pesquisadora, em vez de negadas ou diluídas em um suposto “universalismo etéreo”, são postas a trabalhar.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

FREUD (1917/2011) conceitua o luto como um estado de ânimo normal e doloroso, que emerge frente à perda de um objeto de amor. Já a melancolia diria respeito a uma perda subtraída à consciência, isto é, a uma experiência em que o sujeito não sabe ao certo *o que* foi perdido na perda do objeto. Seja como for, dado que o sujeito se constitui, para a psicanálise, a partir dos investimentos libidinais do outro, o que confere à constituição subjetiva uma marca alteritária fundamental, o luto consiste em uma experiência subjetiva bastante complexa, que produz efeitos narcísicos mais ou menos significativos para o sujeito que a enfrenta, impondo-lhe um necessário reordenamento identificatório. Tal reordenamento não raro remete o enlutado ao nebuloso problema das fronteiras, figura de uma relação complexa e pendular - separação, permeabilidade, imbricação - entre eu e outro, entre imaginação e realidade, entre vivo e morto, entre dentro e fora, entre privado e público, entre próprio e alheio.

Nesse sentido, o processo de luto favorece a emergência de um sentimento nomeado por FREUD (1919/2023) como *Unheimliche* (comumente traduzido como “estranho”, “infamiliar” ou “incômodo”), palavra que evoca, no texto freudiano, tanto o registro do íntimo/da familiaridade/do confiável, quanto o do segredo, do oculto, daquilo que permanece escondido, encoberto. Tal “estranhamento” seria despertado, precisamente, quando se instaura uma ambiguidade angustiante, uma espécie de (con) fusão entre o eu e o mundo. Algo põe em questão o julgamento que o sujeito sustenta diante da realidade, lançando-o diante da perturbadora proximidade que pode haver entre os opostos - proximidade com cuja familiaridade evitamos nos relacionar cotidianamente. FREUD (1919/2023) afirma que “em muitas pessoas, o mais elevado grau de infamiliar aparece associado à morte, a cadáveres e ao retorno dos mortos, a espíritos e fantasmas” (p. 87). Assim, fica nítido que a experiência de encontro com a morte - do outro e, conseqüentemente, de si - favorece sobremaneira a emergência do infamiliar.

O Brasil pandêmico caracterizou-se por uma política negacionista voltada à disseminação de um vírus potencialmente mortal, pela decisão anti-científica de investir dinheiro público em medicamentos ineficazes, em vez de na compra de vacinas – o que MONTENEGRO (2023) nomeia como uma “estratégia necrofarmacológica” de gestão. Esse período foi marcado por inúmeros, dolorosos, atomizados e incompreensíveis encontros com a morte, tanto de pessoas próximas quanto de distantes. Difícil imaginar um cenário mais infamiliar para se viver. A forte impressão da morte e da perda se inscrevem de modo bastante específico em

nosso esfacelado tecido social pandêmico. A sensação de que o encontro com um vírus mortal estava cada vez mais próximo, dada a ausência de políticas públicas consistentes de prevenção e proteção ao contágio; o medo do contato com o outro, considerado uma ameaça, um potencial veículo da doença – medo que se desdobra em uma resistência ao contato com a diferença; o número de mortos atualizado, a cada noite, na televisão<sup>1</sup>; o desespero quando da crise do oxigênio<sup>2</sup>, os inúmeros corpos armazenados em containers refrigerados<sup>3</sup>...

Frisamos, portanto, que a pandemia, apesar de constituir um acontecimento global, atingiu diferencialmente distintos mundos sociais, repercutindo de modo especialmente violento e mortífero nos mundos reproduzidos pelos processos de colonização, dentre os quais se situa o cenário brasileiro. Assim, nesses territórios, as fronteiras que demarcam as condições de enlutabilidade e de reconhecimento se alocam diferencialmente, produzindo distintas métricas de valor para cada vida e cada morte. Para Butler (2022), há um tipo de desigualdade social que, atrelado às dinâmicas coloniais de poder, é ativamente produzido pelo que ela nomeia como “enlutabilidade diferencial”, a qual se caracteriza por uma distribuição desigual tanto do direito ao luto/do direito de ser enlutável, quanto do direito a uma vida vivível.

No caso da produção de mortes que marcou a pandemia brasileira, evidencia-se uma dimensão difusa, em certo sentido indiscernível, entre o íntimo e o coletivo. Tais experiências de luto, produzidas politicamente, quando segredadas ao espaço privado, restritas ao âmbito individual e familiar, circunscrevem um fenômeno político e coletivo a uma condição de parentesco bastante limitada. Dada a ausência de reconhecimento público e de condições sociais de partilha desses lutos, passa a caber às famílias o lamento às perdas. Esse processo de familiarização e individualização do luto gera vários efeitos importantes. Um deles é o de que o ato de lamentar uma morte passa a estar atrelado à familiaridade que conseguimos estabelecer entre nós e o morto.

Dito de outro modo, o lamento às mortes, em vez de publicamente reivindicado e articulado, tende a se restringir ao daqueles “mais próximos”, os quais não raro são identificados como nossos semelhantes. Há implicações políticas importantes nessa construção social em que, diante de uma catástrofe coletiva, necropoliticamente produzida, o luto e o lamento às perdas passa a estar submetido a um critério de familiaridade. Nos parece que a tarefa coletiva de enlutar os sujeitos que foram mortos pela condução nefasta da pandemia envolve uma superação da compreensão familista do luto, bem como dos laços naturalizados de parentesco, atrelados à familiaridade e à proximidade confortável gerada pelos processos de identificação que sustentam esses laços. Assim, reivindicar justiça pelos que foram mortos implica articular o luto politicamente, questionando a sua familiarização, privatização e individualização.

---

<sup>1</sup> Frentes às tentativas, por parte do governo Jair Bolsonaro, de dificultar o acesso aos números da pandemia de covid-19, um Consórcio de Veículos de Imprensa foi criado em junho de 2020, e se manteve em operação até janeiro de 2023. O Consórcio levantava dados e divulgava informações sobre o número de infectados e mortos no país, bem como sobre o avanço da vacinação, que teve início, tardia e lentamente, a partir de 2021.

<sup>2</sup> Em 7 de Janeiro de 2021, foi noticiado o trágico colapso do Sistema de Saúde em Manaus, marcado pela falta de oxigênio. Disponível em: <<https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>>

<sup>3</sup> Em Porto Alegre, o Hospital Moinhos de Vento instalou, em março de 2021, um container, para armazenar o excesso de mortos por covid-19. A quantidade de corpos excedia a capacidade de armazenamento do hospital. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/03/03/hospital-moinhos-de-vento-instala-container-para-colocar-corpos-em-porto-alegre.ghtml>

#### 4. CONCLUSÕES

As inúmeras mortes e lutos decorrentes da catástrofe sanitária, social e política da pandemia de covid-19 no Brasil, trazem a discussão do luto, de um ponto de vista político, para o centro do debate público. T tamanha produção política de mortes nos convoca a repensarmos a tendência familista, privatista e individualista que costuma atravessar tanto os fenômenos da morte e do luto na contemporaneidade ocidental, quanto as teorizações canônicas sobre o luto – dentre elas, a psicanalítica. Assim, tendo em vista o caráter coletivo da catástrofe pandêmica e sua produção política, apostamos na potência de uma compreensão alteritária do luto, a qual, em vez de encerrar-se no âmbito familista, possa funcionar como um operador de coletivização dessa experiência – um luto *infamiliar*, por assim dizer. Para tal, no que se refere ao âmbito da produção de conhecimento, apostamos em diálogos indisciplinados que nos ajudem a fazer frente a esses fenômenos complexos, considerando as particularidades irreduzíveis que caracterizam cada luto, mas também o lastro colonial que viabiliza (ou impõe desafios) às condições de possibilidade para essa experiência.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYOUCHE, T. Psicanálise interdisciplinar, psicanálise indisciplinada. São Paulo: INM Editora, 2025.
- BUTLER, J. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2023 (Original 2004)
- BUTLER, J. Que mundo é este? Uma fenomenologia pandêmica. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. **O anti-édipo**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2023
- FREUD, S. Luto e melancolia. São Paulo: Cosac Naify, 2011 (Original 1917).
- FREUD, S. O Infamiliar. São Paulo: Autêntica, 2023 (Original 1919)
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Brasil). Boletim especial: Balanço de dois anos da pandemia Covid-19. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2022.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, São Paulo, n. 5, p.7-41, 2009.
- LO BIANCO, A. C.; COSTA-MOURA, F.. Covid-19: Luto, Morte e a Sustentação do Laço Social. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, 2020.
- MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: n-1, 2018.
- MONTENEGRO, D. **“Brasil não pode parar”**: estratégias necrofarmacológicas na pandemia de covid-19. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia (PPGPSI/UFRGS). Porto Alegre: 2023, 106 f.
- PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- VENTURA, D; REIS, R. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da covid-19. Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil, n. 10, p. 6-31, 2021.